



CONGRESSO NACIONAL

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 26, DE 2023

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 39.700.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Mensagem nº 412 de 2023, na origem

DOCUMENTOS:

- [Projeto de Lei](#)
- [Anexo](#)
- [Exposição de Motivos](#)
- [Mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PUBLICAÇÃO: DCN de 31/08/2023



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 39.700.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023), em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 39.700.000,00 (trinta e nove milhões e setecentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem da anulação de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
6012	Defesa Nacional								39.700.000
	ATIVIDADES								
6012 20XH	Realização de Ações de Cooperação do Exército	05 244							39.700.000
6012 20XH 0001	Realização de Ações de Cooperação do Exército - Nacional	05 244							39.700.000
			F	4-INV	2	90	0	1081	39.700.000
TOTAL - FISCAL									39.700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									39.700.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0999	Reserva de Contingência								39.700.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira	99 999							39.700.000
0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas, inclusive doações e convênios	99 999							39.700.000
			F	9-RES	0	99	0	1081	39.700.000
TOTAL - FISCAL									39.700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									39.700.000

Brasília, 15 de Agosto de 2023

Senhor Presidente da República,

1. Proponho a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023), no valor de R\$ 39.700.000,00 (trinta e nove milhões e setecentos mil reais), em favor do Ministério da Defesa.
2. O crédito em pauta tem por objetivo a realização de obras de cooperação, no âmbito do Comando do Exército, relativas ao convênio celebrado com o Estado de Goiás, na rodovia GO-213.
3. O pleito em referência será viabilizado mediante Projeto de Lei, à conta da anulação de dotação orçamentária, observado o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em conformidade com as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.
4. O § 4º do art. 52 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (LDO 2023), determina que as exposições de motivos de projetos de lei de créditos suplementares e especiais contenham justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção da meta de resultado primário prevista na LDO e o atendimento dos limites de despesa de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).
5. A esse respeito, cumpre informar que as alterações propostas no presente ato se referem à suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de despesas financeiras. Contudo, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre indica a existência de espaço fiscal de R\$ 92,8 bilhões frente à meta de resultado primário:

“14. Desse modo, as projeções de receitas e despesas primárias para o corrente ano, presentes neste Relatório, considerando a meta de resultado primário e as deduções acima descritas, no valor de R\$ 172.259,0 milhões, indicam espaço fiscal frente à meta de primário no valor de R\$ 92.808,5 milhões.”
6. Para efeito dos limites de que trata o art. 107 do ADCT, vale observar que a presente alteração amplia despesa custeada com recursos oriundos de transferências dos demais entes da Federação para a União destinados à execução direta de obras e serviços de engenharia, a qual deixou de ser incluída no limite a partir de 2023, nos termos do inciso III do § 6º-A do referido artigo (Emenda Constitucional nº 126, de 2022).
7. No que diz respeito ao disposto no inciso III do caput do art. 167 da Constituição Federal (Regra de Ouro), a alteração proposta afeta positivamente o seu cumprimento.
8. No que tange ao § 18 do art. 52 da LDO-2023, segue, em anexo, o demonstrativo de desvios de valores cancelados que ultrapassam vinte por cento da respectiva dotação da ação.
9. Ressalte-se, por oportuno, que as alterações em comento decorrem de solicitação

formalizada por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP e, de acordo com o órgão envolvido no presente ato, a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, por se tratar de reserva de contingência, ação não destinada à execução de despesas.

10. Cabe Salientar que o crédito proposto é resultado da deliberação da Junta de Execução Orçamentária - JEO que, na 5ª Reunião Ordinária de 2023, realizada em 18 de maio de 2023, decidiu pelo atendimento da demanda de suplementação, enquadrada no inciso III, §6º-A do art. 107 do ADCT, até o limite da receita de convênio projetada no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas da União do 2º Bimestre ou no valor efetivamente arrecadado, ou seja, no valor do excesso de arrecadação estimado ou efetivamente arrecadado da referida fonte de convênio no Comando do Exército até a abertura do crédito, conforme informado ao Ministério da Defesa por meio do Ofício SEI Nº 2081/2023/MPO, de 15 de junho de 2023. Observa-se que a unidade já possuía, em seu orçamento, recursos de convênios alocados na Reserva de Contingência, que estão sendo utilizados de forma compensatória.

11. Diante do exposto, submeto à sua consideração o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura de crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Simone Nassar Tebet



Ministério do Planejamento e Orçamento

SIOP - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2023

RELATÓRIO DEMONSTRATIVO DOS DESVIOS

(Art.52, §18, da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022)

R\$ 1,00

Programação	LOA (A)	Dotação Atual (B)	Créditos em Tramitação (C)	Valor deste Crédito (D)	Dotação Resultante (E) = B + C + D	Desvio em Relação à LOA (F) = (E - A) / A
10.52121.99.999.0Z00.6497 - Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas, inclusive doações e convênios	40.060.000	40.060.000	0	-39.700.000	360.000	-99,10 %

MENSAGEM Nº 412

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 39.700.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”.

Brasília, 23 de agosto de 2023.

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
29/08/2023	02/09/2023	Publicação em avulso eletrônico do projeto de lei de crédito
29/08/2023		Despachado
03/09/2023	11/09/2023	Apresentação de Emendas a Projeto de Lei de crédito
12/09/2023	16/09/2023	Publicação em avulso eletrônico das emendas ao projeto de lei de crédito
17/09/2023	01/10/2023	Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO quanto ao projeto de lei de crédito à Mesa do Congresso Nacional